

MIGRAÇÕES – O HOMEM EM BUSCA DO LUGAR IDEAL

Fernanda Conte¹

Resumo

As migrações sempre estiveram presentes na vida do homem, ocorrendo de várias maneiras e por diversas razões. Estes deslocamentos envolvem um complexo processo que causa profundas transformações para quem migra na medida em que este migrante terá que se adaptar a um novo modo de vida distinto daquele que possuía em seu lugar de origem. Também as sociedades e o próprio espaço físico passam por mudanças provocadas pelas migrações. Devido a esta dinâmica torna-se tão importante o estudo de tal processo.

Palavras-chave: migrações, econômico, cultura, poder público, transformações.

Introdução

As migrações fazem parte da vida da humanidade desde o início de sua existência, sendo que, devido à sua dinâmica e complexidade, esse processo se dá de várias maneiras e por diversas razões, significando, além de um deslocamento físico, também uma profunda mudança na vida de quem migra, englobando assim vários fatores. Como nos coloca Sayad (1998, p.15) “(...) a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...) mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente.”

Sendo assim, as migrações não se constituem em apenas um deslocamento de pessoas pela superfície terrestre, mas também transformação tanto na vida das pessoas que migram como na sociedade em geral. Afinal o migrante tem que passar por toda uma fase de adaptação ao novo lugar e a sociedade tem que estar preparada para receber seus novos integrantes.

As maiores transformações ocorrem quando se trata de grandes contingentes populacionais que se deslocam, como no caso do êxodo rural, ocorrido no Brasil, principalmente na década de 1970, que levou um grande número de pessoas a se deslocar do meio rural para o urbano, causando grandes mudanças na sociedade brasileira, inclusive uma inversão no quadro demográfico do país que até então contava com a maioria de sua população no meio rural.

As migrações externas também se destacam, uma vez que, de modo geral quando alguém migra para outro país se depara com uma cultura muito distinta daquela existente em seu lugar de origem, inclusive a linguagem que é um importante meio de comunicação.

Neste trabalho abordamos a questão das migrações, suas formas, seus motivos e as transformações que tal processo causa, tanto para o migrante quanto para toda a sociedade.

Migrações

Desde os primórdios de sua existência, a humanidade se desloca pela superfície terrestre. Primeiro o homem migrava por ser nômade e não ter moradia fixa, precisando se mudar de um lugar para outro em busca de caça, pesca e outros elementos fornecidos pela natureza para sua sobrevivência.

Mesmo depois de se tornar sedentário e se estabelecer em determinados lugares, o homem continuou migrando, pelas mais diversas razões. A principal destas razões é a busca por melhores condições de vida, afinal “ninguém abandona onde estão fincadas suas raízes, se ali existem as condições elementares para uma vida digna e a satisfação das necessidades materiais para tanto” (Centro de Estudos Migratórios, 1980, p.7).

As migrações também se constituem num fenômeno sócio-econômico muito antigo que está em constante renovação, na medida em que “(...) significam uma redistribuição espacial da população, que se adapta às condições ou às transformações econômicas que ocorrem no espaço geográfico” (Santos, 1997, p.8). Além disso, também estão atreladas à distribuição de terras e riquezas, bem como aos aspectos físicos do lugar.

Tão influente quanto o fator econômico é a intervenção do poder público que, segundo Santos (1997, p.10) “tem importante participação como agente provocador de fluxos migratórios”, uma vez que manipula, em determinados momentos, a retirada de pessoas de certas regiões, bem como seu deslocamento para outras, através da propaganda destas, a fim de ocupar os lugares menos habitados conforme o interesse seu e da classe dominante. Esta estratégia atinge principalmente quem está descontente com as condições de vida e trabalho que possui. Como afirmam Martins e Vanalli (1994, p.43), “quando a sobrevivência dos habitantes de uma região é ameaçada, a tendência é procurarem outras regiões, principalmente aquelas onde há promessa de vida melhor”.

Neste contexto migratório se insere a tríade economia, política e cultura (EPC), estando então as migrações, tanto internas quanto externas, atreladas à economia, uma vez que a principal causa de tais deslocamentos é de cunho econômico; à política, haja vista que é através de processos políticos que o poder público e o capital influenciam nos movimentos migratórios e à cultura, pois quando se deslocam de um lugar para outro, as pessoas levam consigo a cultura, ou seja, os costumes, as crenças, etc., do lugar de origem ao mesmo tempo que entram em contato com

a cultura do lugar de destino, havendo então grande influência desses fatores sobre o processo migratório, conforme nos coloca Saquet (2003, p.28-9):

(...) os processos de desterritorialização (perda do território, aqui, centrada na mobilidade da força de trabalho no espaço) e re-territorialização também estão intimamente ligados, dinamizados por diferentes estratégias; são processos historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; são produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as desterritorialidades e as re-territorialidades.

Um exemplo disso é a própria colonização brasileira. Muitos migrantes vinham, principalmente de países europeus, atraídos pelo estímulo feito pelo governo português quando precisou incentivar o povoamento das terras brasileiras a fim de manter a posse da mesma. Pois, como sabemos, nos primeiros trinta anos de descobrimento houve pouco interesse, por parte dos portugueses, em relação ao território brasileiro, restringindo-se este a ser apenas um ponto de passagem para os navios que viajavam para as Índias. Conforme nos diz Iglesias (1994, p.52) “só quando há ameaça da perda do território americano para outros povos se pensa na sua colonização”. Para tanto se dividiu o território nas conhecidas capitânicas hereditárias, grandes faixas de terras paralelas que iam desde o litoral até a faixa estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, que foram entregues a nobres da corte portuguesa, dando-se desde então a concentração de grande parte das terras nas mãos de poucos, um dos fatores que culminaria na grande desigualdade social que existe em nosso país.

A mão-de-obra utilizada para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar era composta, em sua maioria, por escravos africanos que, segundo Arruda e Piletti (1995, p.160) eram arrancados de sua terra e vendidos a diferentes compradores, “o africano não era considerado ser humano, mas mercadoria como qualquer outra”. Destacando-se aqui, outra forma de migração, a migração a que foram submetidos os escravos.

Com a expansão das fazendas de café e a proibição do tráfico de escravos, houve a necessidade de se adotar a mão-de-obra assalariada e incentivar a vinda, para o Brasil, de trabalhadores europeus, o que resolveria não somente o caso brasileiro, mas também os problemas dos países europeus que passavam por uma crise social. Como nos coloca Tomiasi (1995, p.5), “nesse período, a Europa atravessava uma grave crise econômica e social, e a imigração resolveria não só o problema brasileiro, mas

também aliviaria as tensões no além mar”.

Observamos então, que era do interesse do poder público e da classe dominante por eles apoiadas a migração de trabalhadores de outros países para o Brasil a fim de oferecer mão-de-obra para as grandes propriedades. Daí o incentivo para a vinda desses estrangeiros que pensavam encontrar aqui as condições de trabalho que não dispunham em sua terra de origem; mas que, ao chegarem, se depararam com uma realidade um tanto quanto diferente. Muitos pensavam que se tornariam pequenos proprietários, mas tiveram que se submeter ao trabalho assalariado para os grandes proprietários. Afinal, como nos coloca Martins (1973, p.16):

A imigração maciça de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, principalmente italianos, sobretudo a partir de 1886, durante quase meio século, está diretamente ligada à constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura, tendo como suporte simbólico a ascensão social do trabalhador para essa forma de campesinato. Forma que foi, portanto, produzida diretamente pelas condições e possibilidades de efetivação do capitalismo no Brasil.

Podemos observar então, como os movimentos migratórios no Brasil estão atrelados à questão da propriedade de terras, uma vez que esta era usada como atrativo para trazer para cá a mão-de-obra que o capital precisava. Nesta época também foi criada a Lei de Terras de 1850, transformando a mesma em mercadoria de grande valor que só poderia ser adquirida através da compra, impedindo que tanto a maioria dos imigrantes quanto ex-escravos conseguissem se tornar proprietários, garantindo a mão-de-obra tão necessitada pelo latifúndio, conforme nos diz Martins (1973, p.81):

Tanto os princípios que regeram a organização dos núcleos coloniais após a Lei de Terras em 1850, quanto os que nortearam a sua reorganização em 1886-1887, tinham por fundamento a mercantilização da terra. De início, o objetivo era impedir que o migrante se transformasse em proprietário pela simples posse de terrenos devolutos, o que, se ocorresse, o transformaria num concorrente do grande proprietário e sobretudo, a este privaria do braço trabalhador.

A principal causa da grande migração estrangeira para o Brasil foi a busca por melhores condições de vida e trabalho desses camponeses que almejavam a propriedade de terra. Hoje, essa busca por melhores condições, principalmente econômicas, é o que leva muitas pessoas a migrarem

de um lugar para outro, inclusive para fora do Brasil, mas não é esta única razão. Não é por acaso que os movimentos migratórios acontecem, pois, quem migra, o faz por algum forte motivo. “Essas motivações não são meros impulsos, mas resultam de um tipo de consciência historicamente produzido pela sociedade original. A migração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção”. (Martins, 1973, p.22).

Fato este retratado na questão da imigração italiana para o Brasil, afinal “(...) na Itália, o movimento de expansão do capitalismo expropriou para apropriar no Brasil e em outros lugares; expropriou para ter força de trabalho à disposição dos industriais e dos latifundiários” (Saquet, 2003, p.57). Essa imigração veio a atender as necessidades de mão-de-obra no Brasil, como também a resolver a questão do excedente de desempregados na Itália, que poderiam causar problemas mais graves, como conflitos e revoltas. Além disso, os italianos se destacam, pois “eram tidos pelas lideranças políticas brasileiras como moralizadores e trabalhadores (...) religiosíssimos e conservadores, aceitavam facilmente a subordinação no Brasil. Tranquilos, dificilmente deixavam-se envolver em greves, principalmente os camponeses que tinham boa resistência às privações, ao cansaço, à miséria!” (Saquet, 2003, p.55-6).

Dai a importância e a necessidade da imigração italiana para o Brasil, haja vista que a mesma contribuiu para a expansão e fortalecimento do capitalismo, proporcionando não só a mão-de-obra para o capital, mas também o mercado consumidor para a produção capitalista. Processo este que se iniciou ainda com a mecanização do campo e a expropriação do agricultor do meio rural para o urbano, uma vez que, segundo Saquet (2003, p.58) “algumas famílias produtoras de seus meios de subsistência, assim, lentamente, estarão livres para vender sua força de trabalho. Com a venda de sua energia, poderão consumir produtos manufaturados.”

Percebe-se então como o capital, de certo modo, manipula os deslocamentos populacionais segundo suas necessidades, provocando um complexo processo na vida das pessoas que precisam migrar e se adaptar a novas condições, novas culturas e costumes. Ou então, como acontece quando há o deslocamento de massas populacionais, as pessoas levam para o novo lugar seus costumes, suas crenças, reconstruindo sua sociedade no novo território, como ocorreu, por exemplo, com os imigrantes italianos que se fixaram no sul do Brasil, reproduzindo neste lugar seu modo de viver e trabalhar. “Nesse processo, a migração é um movimento, acima de tudo, para o capital, em que a des-territorialização e a re-territorialização complementam-se (...).” (Saquet, 2003, p.56).

Neste contexto compreendemos o território como sendo um espaço limitado por fronteiras tanto físicas como políticas, econômicas e cul-

turais, no qual vive uma sociedade que se organiza conforme seus costumes, suas leis, ou seja, "(...) como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço, se inscrevendo num campo de forças, de relações de poder, econômico, político e cultural" (Saquet, 2000, p.105). Desta forma, a des-territorialização se daria quando alguém (o migrante) sai de seu território de origem, deixando para trás seus costumes, sua cultura, deslocando-se para outro território diferente do seu. Já a re-territorialização seria quando se reproduz no novo território os mesmos costumes e cultura do território de origem, fazendo com que este passe a ter as mesmas características que aquele, como é o caso dos imigrantes europeus que se deslocaram para o Sul do Brasil na época da colonização do mesmo, reproduzindo na referida região os costumes, a cultura que cultivavam na Europa. Sendo assim "(...) os imigrantes e colonizadores desempenharam um papel importante nos lugares em que se localizaram e concentraram (...) contribuindo decisivamente na formação de um vasto território, ou de territórios (...) consubstanciando metamorfoses na vida sócio-econômica e político-cultural" (Saquet, 2000, p.108).

Uma forma de movimento migratório marcante que causa grandes transformações na sociedade é o êxodo rural. Muitas pessoas saem da zona rural (onde predominam as atividades econômicas primárias como a agricultura) para a zona urbana (onde predominam as atividades econômicas secundárias e terciárias como indústria, comércio e a prestação de serviços), pelos mais diversos motivos, dentre os quais se destaca a expropriação do pequeno proprietário, causada principalmente pela mecanização e posteriormente pela industrialização da agricultura, o que levou muitos pequenos proprietários a perderem suas terras e muitos trabalhadores rurais a perderem o emprego. A maioria dessas pessoas passou a se concentrar nas cidades, aumentando os problemas sociais causados pela superpopulação, barateando o preço da mão-de-obra para empresas e indústrias. Segundo Santos (1997, p.46) "trata-se de uma população 'excessiva' ou 'excedente' em face do mercado de trabalho, mas necessária para esse 'exército' de desempregados, manter os salários em níveis mais baixos". Os movimentos migratórios estão também ligados à lei da oferta e da procura, uma vez que alguns dos migrantes partem em busca de melhores salários, porém, muitas vezes, acabam gerando conflitos e até mesmo dificultando a situação daqueles que já moram no lugar, pois aumenta a oferta de mão-de-obra em relação a sua procura, devido à massa populacional excedente resultante das migrações. "A concentração da população contribui para que a oferta de mão-de-obra seja superior à oferta de empregos, o que permite o rebaixamento dos níveis salariais, quer dizer, a competitividade faz com que o empregador contrate aqueles que se conformam em ganhar menos, o que proporciona lucratividade maior para as

empresas". (Santos, 1997, p.46).

Esses movimentos também contribuem para o aumento de problemas sociais, como o inchamento das cidades, e o conseqüente aumento das favelas e cortiços. São esses os únicos lugares onde essas pessoas pobres e sem a preparação necessária para o exigente mercado de trabalho conseguem adquirir, vivendo em condições precárias e subumanas, agravadas pelo excesso de população advinda principalmente do meio rural. "A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz à sucessivas migrações rural-urbana e urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para grandes cidades". (Rodrigues, 1997, p.40).

Lembremos então que cada vez mais aumenta o número de pessoas que saem do interior, ou seja, das pequenas e médias cidades, com destino às capitais e regiões metropolitanas, na maioria das vezes em busca de emprego, uma vez que o mercado de trabalho em seu lugar de origem encontra-se estagnado. Isso não significa que encontrarão o que desejam na metrópole; ao contrário, tendem à aumentar os problemas da mesma, através do aumento da precariedade de vida que culmina com a marginalidade, a criminalidade, a violência, entre outros fatores que tornam a vida das pessoas cada vez mais atormentada. Além disso, corre-se o risco de lá não conseguir permanecer e ter que migrar novamente em busca da satisfação de suas necessidades. "A história dos movimentos migratórios é uma história de lutas, de sofrimento, de perdas e de eterna procura, procura de um lugar para se fixar, para adquirir raízes que, em geral, foram brutalmente arrancadas nos locais de origem e em todos os outros lugares por onde os migrantes passaram" (Santos, 1997, p.66).

O Complexo Processo Migratório

Migrar não envolve apenas o fato de mudar de um lugar para outro, envolve também um processo de adequação, por parte do migrante, à sua nova moradia, correspondendo como nos coloca Martins (1973, p.2) "a um processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona". O que significa que, independente das razões que o levam a migrar, o migrante precisa cortar certos laços com o que ficou para trás e ao mesmo tempo se adequar ao lugar e à maneira de viver da sociedade à qual fará parte. Por exemplo, uma pessoa que muda do interior para a capital terá que se adaptar ao ritmo da cidade grande; ou alguém que muda de uma região para outra, ou mesmo de um país para outro, mesmo que não deixe de lado totalmente seu jeito de ser, terá que se adaptar aos aspectos físicos do lugar, à sua cultura, sua crença, econo-

Migrações – O Homem em Busca do Lugar Ideal

mia e linguagem, envolvendo assim muito mais do que simplesmente sair de um lugar para outro. Como reforça Eisenstadt apud Martins (1973, p.19), “do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra”.

Por isso acredita-se que o ‘migrar’ não é algo decidido de repente, impulsoriamente, mas sim, um processo que envolve vários elementos, começando pelo motivo que leva alguém a migrar, o que deseja encontrar e quais as chances de o fazer; bem como o complexo processo de desadequação do lugar de origem e adequação à nova sociedade. Sendo praticamente conforme nos coloca Eisenstadt apud Martins (1973, p.20), “a migração compreende três fases: primeira, a motivação para migrar – as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro; Segunda, a estrutura do processo migratório real, da transição física da sociedade original para a nova; Terceira, a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade”.

Durante esse processo de adaptação, muitas vezes o migrante se sente perdido, como se não pertencesse ao novo lugar, daí a importância da forma como é recebido pelos habitantes do mesmo. Este fator também irá variar de acordo com as características locais, uma vez que se torna mais favorável mudar para lugares onde já existam pessoas conhecidas, pois dessa forma torna-se mais fácil o processo de adaptação. Porém, às vezes é justamente esse fato que faz com que a migração aconteça, ocorrendo então as correntes migratórias através da influência de familiares ou conhecidos que fazem “propaganda” do lugar, e em certos casos até arrumam condições para que a pessoa mude.

Coelho (1997) afirma que os movimentos migratórios internos no Brasil se deram de acordo com os ciclos econômicos. Desta forma, constatamos o deslocamento de pessoas para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso durante o ciclo da mineração; para a Amazônia durante o ciclo da borracha; para o interior de São Paulo e o norte paranaense durante o ciclo do café; além da grande migração para São Paulo e Rio de Janeiro devido à industrialização da década de 50. Nas regiões Centro-Oeste e Norte as migrações ocorreram através das frentes pioneiras, sendo que os maiores aumentos demográficos nas décadas de 60, 70 e 80 se deram justamente nessas duas regiões.

Durante muito tempo, os movimentos migratórios se deram do interior para a metrópole, do meio rural para o meio urbano, uma vez que a maioria dos migrantes partia em busca de melhores condições econômicas oferecidas pelo mercado de trabalho. Esse mercado, porém, não suportou o grande contingente populacional, estagnando-se; culminando no aumento da pobreza, da precariedade e das péssimas condições de vida

na qual a maioria da população brasileira se encontra hoje.

No decorrer da história os movimentos migratórios se constituíram num fenômeno de grande influência social, e de grande importância na constituição da estrutura demográfica de determinado lugar, como nos coloca Salim (1992, p.119-20):

(...) a migração, por ser componente demográfico relacionado às condições históricas das mudanças, constitui mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade. Ela pode mediar ou refletir processos que incidem indiretamente sobre outros componentes demográficos, como fecundidade e mortalidade, ou diretamente sobre as relações de classes que determinam a formação e composição do mercado de trabalho de uma região ou de um setor.

Menezes (2000, p.4) complementa afirmando que “a migração, portanto, deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação”.

Não podemos esquecer, porém, que as migrações se dão de diversas maneiras. Desta forma, devemos levar em consideração, segundo Salim (1992) as migrações de retorno, nas quais observamos o regresso de migrantes à sua terra de origem. Um exemplo foi o retorno, na década de 80, para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de alguns migrantes que haviam se deslocado para o Paraná na época da colonização do mesmo. Há, ainda, as migrações temporárias, nas quais as pessoas migram em determinada época do ano a fim de realizar certa atividade, ocorrendo posteriormente o seu retorno ao lugar de origem, como é o caso do nordestino citado por Coelho (1997, p.314): “(...) logo após a colheita do milho e do feijão no interior, os pequenos produtores aproveitam o tempo ocioso e se deslocam para a Zona da Mata, onde vão trabalhar na colheita e moagem da cana-de-açúcar. Terminada a tarefa, retornam ao interior. No ano seguinte a migração se repete.”

Devido a tais variações, Salim (1992) considera que as migrações se constituem a partir de três elementos, que seriam “a distância do deslocamento, o tempo de permanência e o local de origem e destino”, fazendo com que a mesma se qualifique conforme o modo de movimento ou deslocamento representado no espaço, o que não significa que a migração seja apenas a transferência de pessoas de um lugar para outro. Abrange todo um processo de transformação na vida do migrante, bem como na estrutura sócio-econômica da sociedade, além de estar atrelada à desigualdades sociais, que se constituem num fator de grande importância para que as migrações aconteçam. “O movimento migratório revela o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este es-

paço desigualmente organizado e articulado compreende-se a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxos migratórios se realizam” (Menezes, 2000, p.3).

Faz-se necessário lembrar também que existem aqueles que não conseguem se estabelecer nem permanente, nem temporariamente num determinado lugar. Esse é o caso dos trecheiros e pardais citados por Menezes (2000), andarilhos que vivem de forma praticamente nômade, e que geralmente são tidos como mendigos, sofrendo várias formas de preconceito pela sociedade.

Muitas vezes esses migrantes que não conseguem êxito são induzidos a se sentirem os grandes culpados por sua situação. A classe dominante e o poder público, para se “livrarem” da responsabilidade deste problema, usam de uma ideologia perversa que geralmente se estende a toda sociedade.

Na ideologia dominante, quando não se ‘consegue’ ser proprietário à custa de um esforço tão acentuado, é porque se é preguiçoso, porque o ‘povo brasileiro não gosta de trabalhar’, porque ele se apega ao ‘descanso no fim-de-semana’. Esta mesma ideologia é transmitida aos trabalhadores que se assumem responsáveis pelo acesso ou não à casa própria, e mesmo pelo acesso ou não ao emprego (Rodrigues, 1997, p.32).

Ultimamente os movimentos migratórios brasileiros que, durante muito tempo se direcionaram para os grandes centros, estão tomando outras direções, uma vez que as metrópoles já não comportam mais a chegada de tantas pessoas e conseqüentemente não oferecem mais as condições por elas almejadas. Buscam-se oportunidades em outras regiões que ainda se encontram em fase de ocupação e necessitam de mão-de-obra para se desenvolver. Aqui entra mais uma vez o papel do Estado que intervém a fim de atender a essa necessidade de transferência populacional, principalmente se a área em questão for região de fronteira. “As faixas de fronteira por serem áreas de segurança nacional e, por terem sido historicamente áreas de disputa de domínio e trânsito de populações locais podem se tornar áreas de decisões arbitrárias ou arbitradas pelo poder, não só representado pela diplomacia das nações, mas de várias instâncias do poder internacionalizado” (Menezes, 2000, p.7). Daí o interesse do poder público em ocupar essas áreas a fim de garantir a posse do território.

Além disso, o caos urbano das grandes cidades faz com que algumas pessoas, atualmente, procurem por lugares mais calmos no interior, em busca de uma vida mais saudável. Esse deslocamento é feito principalmente por pessoas com certas condições para escolher o lugar onde ir

Fernanda Conte

após analisá-lo. Já que a maioria da população é levada a se deslocar para lugares que lhe ofereçam pelo menos as condições mínimas de sobrevivência, como observamos na afirmação de Menezes (2000, p.6) “a impossibilidade de sobrevivência mesmo nas periferias se torna para o migrante o incentivo ao continuar na busca de um lugar”.

Muitas vezes é dessa situação que surgem os já referidos andarilhos, que não se fixam a lugar algum. Essa contínua busca faz com que muitos desanimem devido ao sentimento de fracasso e perda provocado pela constante mudança.

Uma coisa é mudar, na esperança de uma vida melhor, e encontrar um lugar em que este desejo se realize; outra é viver mudando constantemente, na insegurança de não saber qual e onde será o futuro. Vivendo esse processo de perda constante, o migrante não consegue ver o produto daquilo que ajudou a construir, o fruto do seu trabalho, pois está sempre sendo desalojado. Não consegue se ver como agente de um processo histórico e, assim, com a perda de seus referenciais, vai perdendo as possibilidades de ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres e, principalmente, de poder interferir para que as coisas mudem (Santos, 1997, p.67).

As migrações constituem-se em um complexo processo influenciado por fatores econômicos, políticos e culturais; que causa profundas transformações na vida particular das pessoas e na sociedade em geral. Daí a necessidade de se estudar e entender os movimentos migratórios a fim de se compreender também, em parte, a dinâmica da sociedade.

Considerações Finais

Constatamos a complexidade dos movimentos migratórios, que se dão de diversas maneiras e por diversas razões, sendo também compreendidos de várias formas, conforme a concepção de quem os interpreta. Não se trata apenas do deslocamento de pessoas de um lugar para outro, pois envolvem todo um processo de assimilação da idéia de mudar até a adaptação ao novo lugar, abrangendo aspectos socioeconômicos, culturais e políticos da sociedade, que sofre a intervenção do poder público quando isso se faz necessário aos seus interesses.

Nesse dinâmico e complexo processo existem aqueles que alcançam suas expectativas, conseguindo se estabelecer com êxito; aqueles que se estabelecem mesmo não encontrando aquilo que desejavam; outros que migram várias vezes para conseguir se estabelecer; e outros que não conseguem se estabelecer, dando continuidade à sua procura pelo local e

pelas condições de vida desejadas e até mesmo necessárias a sua sobrevivência; não esquecendo dos que sonham em voltar à sua terra de origem e daqueles que até acabam voltando.

Desta forma os movimentos migratórios surgem da necessidade do homem de buscar em outros lugares aquilo que precisa para viver bem, e que não encontra onde está.

Abstract

Migrations have always been present in men's life, happening in many ways and for several reasons. These displacements involve a complex process that causes deep changes in people who migrate's lives, considering that they'll have to get used to a new way of life, different of the one they had back at their original places. Societies and the physical space also go through changes caused by migrations. This dynamic makes the study of this process become so important.

Key-Words: migrations, economic, culture, public power, changes.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson de A., PILETTI, Nelson. *Toda a História: história geral e história do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CENTRO de Estudos Migratórios. *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- COELHO, Marcos de Amorim. *Geografia do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História Geral e do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- MARTINS, Dora, VANALLI, Sônia. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MENEZES, Maria Lucia Pires. Tendências Atuais das Migrações Internas no Brasil. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138 – 9788] n.69(45), ago/2000.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- SALIM, Celso Amorim. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In: *Anais do VIII Encontro da ABEP*. v.3, Brasília, 1992.
- SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Por-

Fernanda Conte

to Alegre: Edições EST, 2003.

_____. O Tempo, o Espaço e o Território. In: *Paisagem Território Região: em busca da identidade*. Organização de Álvaro Jose de Souza, Edson Belo Clemente de Souza, Lourenço Magnoni Júnior. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

TOMIASI, Eliane. A Questão da Propriedade de Terra no Brasil. *Revista Formação*, n.2, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995.

Notas:

1 Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. Especialista em História, Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba – FACIPA. E-mail: alianca@wln.com.br.

Data recebimento: 31/03/2004

Data aprovação: 07/06/2004